

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 3 - Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

**PERFIL DOS EGRESSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: 2021-2023****PROFILE OF GRADUATES FROM THE POSTGRADUATE PROGRAM IN INFORMATION SCIENCE
AT THE UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: 2021-2023**

Renata Odilon da Silva - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
renata.odilon@ichca.ufal.br – Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5864-3809>

Marcos Aurélio Gomes - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
gomesbib@cci.ufal.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7803-5145>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O estudo de perfil de egressos dos cursos de pós-graduação permite auxiliar na (re)formulação do planejamento estratégico dos programas de pós-graduação, ao mesmo tempo em que contribui com as políticas públicas, práticas institucionais ou sociais. Neste sentido, objetiva-se caracterizar o perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, considerando o período de 2021 a 2023. A metodologia se apresenta como descritiva e, quanto aos procedimentos, se classifica como documental e bibliográfica, tendo como abordagem o método quantitativo. Por meio de três categorias: identificação; formação e ocupação; e produção científica, foi possível obter como resultado a prevalência de mulheres no Programa, a necessidade de que a pós-graduação se integre mais com o mercado de trabalho e uma crescente produção científica por parte dos egressos.

Palavras-chave: Mestrado em Ciência da Informação; perfil de egressos; Universidade Federal de Alagoas.

Abstract: *The study of the profile of graduates from postgraduate courses helps to (re) formulate the strategic planning of postgraduate programs while contributing to public policies, institutional or social practices. In this sense, objectively characterize the profile of graduates of the Postgraduate Program in Information Science at the Federal University of Alagoas, considering the period from 2021 to 2023. The methodology is presented as descriptive, regarding the procedures, it is classified as documentary and bibliographic and its approach is the quantitative method. Through three categories: identification; training and occupation; and scientific production, it was possible to obtain as a result the prevalence of women in the Program, the need for postgraduate studies to be more integrated into the job market and an increasing scientific production on the part of graduates.*

Keywords: *Master's Degree in Information Science; Graduate profile; Unversidade Federal de Alagoas.*

1 INTRODUÇÃO

Os cursos existentes *stricto sensu* e *lato sensu* podem fornecer a qualificação necessária, pois acredita-se que, por meio deles, podem-se oportunizar aos indivíduos

estudos com maior profundidade para que consigam lidar com diferentes desafios, ampliando os conhecimentos adquiridos durante a graduação.

O Brasil possui, aproximadamente, 4.777 programas de pós-graduação em várias áreas do conhecimento (Brasil, 2024). Vale ressaltar que os programas de mestrado e doutorado acadêmico são espaços de produção da ciência e, desta forma, buscam formar cientistas, pesquisadores e docentes para o nível superior que atendam às necessidades da sociedade.

A estrutura de recursos humanos qualificados passa, inevitavelmente, por processos formativos (Hartz; Nunes, 2006) para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Mas tudo indica, conforme o Plano Nacional da Pós-Graduação – 2024-2028 (versão preliminar) e corroborado por Nunes (2024), que o país enfrenta certos desafios relacionados à pós-graduação. Podem-se destacar: queda do número de candidatos interessados na pós-graduação – ao menos 25% dos cursos de mestrado tiveram uma procura menor do que a oferta de vagas; fatores estruturais relacionados à economia e à atratividade dos programas de pós-graduação; diminuta interação com o mercado de trabalho (Brasil, 2024), entre outros. Também há de se considerar que a crise sanitária provocada pelo coronavírus vivida pelo país intensificou a crise da pós-graduação.

Ao refletir sobre esses desafios, se faz necessário estudar continuamente se os programas estão acompanhando as mudanças que ocorrem, tanto na sociedade, na política e na ciência, que possam afetar sua *missão*. Desta forma, parece factível estudar de forma periódica o perfil dos pós-graduandos. Neste sentido, este estudo é o primeiro a ser realizado referente ao perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas. Tem-se que estudar o perfil de egressos de cursos de pós-graduação pode auxiliar os programas na (re)formulação do planejamento estratégico, ao mesmo tempo em que contribui com as políticas públicas, práticas institucionais ou sociais. Sendo assim, a análise do perfil do egresso torna-se uma fonte de informação que pode sustentar a discussão sobre a importância da pós-graduação. Ao se considerar esse contexto complexo, a pesquisa pretende responder à seguinte questão: qual o perfil dos egressos do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas?

A partir do exposto, este trabalho objetiva caracterizar o perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas no período de 2021 a 2023.

2 PÓS-GRADUAÇÃO NO CONTEXTO NACIONAL: breve trajetória

Apresentar a trajetória da instituição da pós-graduação no Brasil não é tarefa simples, pois encontra-se relacionada com a própria história da educação no país – elitista em suas origens. Neste sentido, relaciona-se, ao longo de décadas, a vários eventos (econômicos, políticos e sociais) e atores (Estado, militares¹, comunidade científica e docentes das instituições de ensino/pesquisa) (Martins, 2018). Essa complexidade impossibilita, em apenas uma seção, apresentar todas as circunstâncias que permearam e ainda permeiam a constituição e a definição das políticas de pós-graduação no país.

Além do mais, deve-se considerar que a constituição do ensino superior no país foi um processo tardio, visto que somente no início do século XIX as primeiras universidades, conforme Neves e Martins (2016), começaram a surgir. Logo, afetando o surgimento da pós-graduação como um instrumento imprescindível que possibilitaria a formação de pesquisadores direcionados ao desenvolvimento técnico-científico. Assim, a pós-graduação possui uma associação direta com as atividades de pesquisa, ou seja, rompe-se com um padrão até então estabelecido em que a “[...] organização do ensino superior no país que historicamente se constituía através de escolas isoladas, voltadas basicamente para a formação de profissionais liberais e dissociadas da atividade de pesquisa.” (Martins, 2018, p. 10).

Para Santos (2003) o termo *pós-graduação* foi mencionado pela primeira vez nos anos 1940, por meio do Estatuto da Universidade do Brasil. Evidencia-se que este termo carrega consigo uma história que envolve fatos essenciais ao entendimento da mesma no país, entre os quais podem-se citar: a criação da Academia Brasileira de Ciências – 1922, como também da Associação Brasileira de Educação – 1924, o Manifesto dos Pioneiros da

¹ É primordial destacar que, de acordo com Hostins (2006, p. 134), as “[...] pesquisas históricas evidenciam que foi o regime militar que, em aparente contradição, elegeu como prioridade a formação do pesquisador e docente no contexto universitário.”. Apesar de se tratar uma temática relevante que envolve o aspecto autoritário do regime militar *versus* o ensino superior, o mesmo não será discutido neste trabalho.

Educação Nova – 1932, o surgimento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – 1948, entre outros, que foram desencadeadores da concepção de universidades aptas a promover o ensino e a pesquisa (Martins, 2018).

Vale destacar que a literatura consultada estabelece a criação de dois organismos que foram, e ainda são, fundamentais à pesquisa e, conseqüentemente, à pós-graduação: primeiro, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; o segundo: a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) – atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O CNPq foi criado em 1951 e, para Martins (2018, p. 12), levando-se em conta interesses dos técnicos do governo e militares e da comunidade científica. Ainda conforme o autor, “Os seus objetivos iniciais eram responder pelas atividades na área de energia nuclear e promover a capacitação científica e tecnológica nacional.”. Atualmente, o CNPq como agência de promoção à pós-graduação tem como missão “Fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e contribuir com políticas públicas, para fortalecer o desenvolvimento do Brasil.” (CNPq, 2014).

Por sua vez, a criação da CAPES data também de 1951. Tal agência tem como objetivo “[...] assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento do país, além de oferecer aos indivíduos mais capazes – e sem recursos próprios – acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos”. (Brasil, 1951). Isto posto, a CAPES possibilita a qualificação de pessoal para atuar em todo o território nacional. Acrescentam-se a essa trajetória dois documentos que foram centrais, de acordo com diversos pesquisadores, na construção conceitual e legal da pós-graduação do país – os Pareceres 977/65 e 77/69, ambos emitidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE).

O primeiro, ou seja, o Parecer 977/65, conhecido como Parecer Sucupira², foi uma resposta ao Aviso Ministerial, encaminhado à época ao CFE. O Parecer Sucupira foi uma

² Newton Lins Buarque Sucupira, alagoano, foi professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, filósofo e advogado. Ficou conhecido como patrono da regulamentação da pós-graduação no Brasil, pois o marco legal foi conhecido como Parecer Sucupira. A Plataforma Sucupira foi nomeada em sua homenagem. (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Newton_Sucupira. Acesso em: 21 abr. 2024)

resposta para definir e verificar a possibilidade de regulamentação dos cursos de pós-graduação (Saviani, 2020). A resposta foi emitida, via esse Parecer, que explicita a dimensão da pós-graduação por meio de pontos essenciais como: definição, origem, conceito e a necessidade dos cursos de pós-graduação no país, como também aborda a pós-graduação à luz da Lei de Diretrizes e Bases e a relação com o Estatuto do Magistério, além de apresentar a definição e as características do mestrado e do doutorado. Assim, o Parecer fez clara distinção entre a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Tendo a primeira uma perspectiva prática e profissional, ao tempo em que emite certificado, enquanto a *stricto sensu* possui natureza acadêmica e de pesquisa e confere grau acadêmico (Brasil, 1965).

O Parecer 977/65 exprime as bases para a implantação e o desenvolvimento da pós-graduação em âmbito nacional. É notório que o mesmo, conforme encontra-se expresso na literatura, se constitui como referência inicial e definitiva da pós-graduação no Brasil. Santos (2006) reforça que foi o primeiro documento a traçar as bases, de fato, da pós-graduação no país, tanto que ele ainda a conduz nos dias atuais.

O Parecer 977/65 tratou conceituar a pós-graduação e do início da sua institucionalização. E a regulamentação foi normatizada pelo Parecer 77/69, também de autoria de Sucupira. Neste sentido, Martins (2018, p.17) esclarece que o Parecer 77/69

[...] estabelecia que o credenciamento dos cursos de pós-graduação seria concedido mediante Parecer do Conselho Federal de Educação aprovado pela maioria de seus membros e homologado pelo Ministro da Educação e Cultura. Contemplava os requisitos básicos para a organização e funcionamento dos cursos de pós-graduação, tais como a qualificação do corpo docente, sua produção científica, tradição de ensino.

As pesquisas apontam que esses dois documentos forneceram base conceitual e legal à pós-graduação. Mas, na linha histórica, foram e ainda são os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), instituídos a partir dos anos de 1970, que apresentam diagnósticos e objetivos, como também formulam ações, diretrizes, estratégias e metas para a pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento (Hostinsh, 2006; Martins, 2018). Os PNPGs refletem, na sua construção, o cenário conjuntural e estrutural por que passa o país, desta forma, buscam alcançar cada vez mais um Sistema Nacional de Pós-Graduação de excelência. Atualmente, o PNPG – 2024-2028, que ainda se encontra em construção, registra

que em 2022 havia um total 4.777 programas de pós-graduação por meio de 497 instituições, entre instituições de ensino superior e Institutos de Pesquisa (Brasil, 2024).

Assim, constata-se um crescimento exponencial dos programas de pós-graduação que fomentam a construção do conhecimento, da pesquisa e da inovação, como também a capacitação de recursos humanos para o exercício de atividades profissionais de alto nível para atuarem tanto no setor público, iniciativa privada e ainda no terceiro setor.

Nesse cenário evolutivo, em que se encontram diversos programas, há de se destacar os vinculados à Ciência da Informação, que surgiram a partir da década de 70.

3 PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No Brasil, as primeiras evidências da Pós-Graduação em Ciência da Informação ocorreram por meio do surgimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), criado em 1954, tendo seu nome alterado em 1976 para Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), em função de um novo cenário permeado de mudanças científicas, tecnológicas e políticas (Marteletto, 2009).

A literatura consultada, que trata da história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, aponta que o IBBB foi responsável por inúmeras atividades e ações relevantes, como: a elaboração e manutenção do Catálogo Nacional de Publicações Periódicas; apoio informacional e de documentação para as instituições científicas, técnicas e industriais em âmbito nacional; realização de pesquisas bibliográficas; elaboração de bibliografias nacionais especializadas; e, especialmente, pela criação do Curso de Pesquisas Bibliográficas em nível de especialização (Andrade; Oliveira, 2005).

Nesse sentido, Oddone (2005, p. 6) assevera que

O IBBB instituiu um novo regime de informação no Brasil [...] não apenas [por causa] das novas práticas e posturas que o órgão adotou e disseminou entre bibliotecários e pesquisadores brasileiros, mas principalmente da força das novas construções teóricas que começaram a ser utilizadas no contexto do órgão.

Merece destaque que, por razões diversas, o então curso de Especialização passou a ser denominado Curso de Documentação Científica (CDC). O CDC foi oferecido por cerca de 35 anos, o que demonstra a preocupação do IBBB com a formação de recursos humanos (Gomes, 1974). Nos anos seguintes, o CDC foi substituído pelo Mestrado em Ciência da

Informação, mais especificamente em 1970, quando ocorreu a assinatura do Termo de Acordo entre o então Conselho Nacional de Pesquisas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o IBBD para a formação do mestrado, considerado precursor na introdução desse campo do conhecimento tanto no Brasil como também na América Latina. Posteriormente, denominado Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/IBICT-UFRJ.

A partir dos anos 70 foram criados outros programas, todavia ressalta-se que, inicialmente, conforme destaca Souza (2012, p. 80),

[...] os programas de pós-graduação *stricto sensu* criados na década de 1970 tenham surgido com a designação Biblioteconomia ou Biblioteconomia e Documentação para se modificarem nos anos seguintes, com a adoção do nome Ciência da Informação.

Também vale destacar que o IBBD pretendia que o mestrado não fosse frequentado apenas por bibliotecários, pois considerava a Ciência da Informação como ciência interdisciplinar, assim “[...] o interesse em recrutar bacharéis das mais diversas áreas. Esses indivíduos têm, mais do que qualquer outro tipo de profissional, conhecimento do assunto, da terminologia, possibilidade de avaliação e seleção, tão importantes no desenvolvimento de serviços de recuperação de informação e de centros de análise.” (Gomes, 1974).

A partir daquela década se constata um aumento de programas vinculados à Ciência da Informação (mestrado e doutorado) em todas as regiões do país, como também o crescimento da produção e de periódicos científicos, além de eventos e o surgimento de sociedades científicas.

O IBICT, ao longo de anos, vem desenvolvendo diversas ações, cabendo destacar: a criação de redes de informação para a promoção científica e tecnológica, difusão e a popularização da ciência, estímulo ao uso de tecnologias para o desenvolvimento social e informação tecnológica para o setor produtivo visando à sustentabilidade (IBICT, 2021).

Constata-se que no Brasil há um total de 16 cursos de pós-graduação em Ciência da Informação em níveis de mestrado (acadêmico/profissional) e doutorado (Brasil, 2024).

Entre os quais se destaca o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação vinculado à Universidade Federal de Alagoas.

3.1 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas

Os anos de 2018 e 2019 podem ser considerados como um marco para a comunidade de profissionais e pesquisadores vinculados à Ciência da Informação e áreas afins, notadamente, para o Estado de Alagoas e para a Região Nordeste.

No final de 2018 se tornou público o primeiro Edital de abertura de seleção dos candidatos ao curso de Mestrado em Ciência da Informação e tendo sua implantação registrada em março de 2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018). Dados que se configuram como resultado do empenho e dedicação de diversos atores, notadamente de docentes vinculados ao curso de Biblioteconomia, que em anos anteriores idealizaram, planejaram e desenvolveram a Proposta de Cursos Novos a ser enviada à CAPES. Tal proposta considerou, entre outros aspectos: 1) missão, visão, valores, objetivos e ações em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade; 2) área de concentração e as linhas de pesquisa; 3) estrutura curricular; 4) recursos humanos qualificados; 5) infraestrutura física e tecnológica (laboratórios, biblioteca, salas de aula, entre outros espaços); 6) perfil do egresso; e 7) existência do periódico *Ciência da Informação em Revista*³. Assim, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL) foi reconhecido pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior – CTC-ES, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em sua 179ª Reunião, realizada em setembro de 2018 (Brasil, 2020). O PPGCI/UFAL tem como objetivos:

[...] proporcionar o aprimoramento no campo da informação, visando oferecer ao discente elevado padrão técnico, científico e profissional; desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento em informação, tecnologia e inovação, a partir da integração entre ensino, pesquisa e extensão; formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior, da profissionalização e da pesquisa em informação, tecnologia e inovação.

³ Periódico do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas foi lançado em 2014 e sua finalidade encontra-se na promoção, produção, comunicação e divulgação do conhecimento técnico-científico no domínio específico da Ciência da Informação e das inter-relações com áreas afins. Possui classificação para o quadriênio 2017-2020 no extrato Qualis como B1. (Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/about>. Acesso em: 25 maio 2024).

Torna-se evidente que o PPGCI/UFAL, por meio de sua atuação, pode contribuir de forma significativa para a formação e qualificação de profissionais, docentes e pesquisadores que atuam no campo da informação e seus desdobramentos. E, desta forma, pode colaborar com o desenvolvimento local, regional e nacional. Para tanto, encontra-se estruturado a partir da área de concentração Informação, Tecnologia e Inovação e integra duas linhas de pesquisa, em que se reúnem docentes, pesquisadores e discentes que se pautam pela reflexão e investigação.

Tanto a Linha de Pesquisa 1: Produção, Mediação e Gestão da Informação como a Linha de Pesquisa 2: Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos estabelecem avanço do conhecimento científico em áreas prioritárias no contexto social e econômico em que se encontra instalado o Programa. Além disso, direcionam os indivíduos que buscam determinada qualificação por via da educação continuada, bem como estudos sistematizados que se fazem pelo contato direto com a tríade docentes-pesquisadores-discentes por meio dos seus projetos de pesquisa e, desta forma, sociabilizando o conhecimento entre os pares.

Destaca-se a existência do Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação (SITI). O SITI é um evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas em parceria com o curso de Graduação em Biblioteconomia da Ufal e que se encontra em sua sexta edição, atualmente, também fazendo parte desta parceria a Universidad Nacional Mayor de San Marcos, no Peru. O seminário objetiva promover a produção, a comunicação e a divulgação de pesquisas concluídas e em andamento relacionadas à temática do evento, tanto nos níveis de graduação como de pós-graduação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia define os procedimentos para a realização da investigação, o tipo de pesquisa, a abordagem, além dos participantes, como também o instrumento de coleta de dados.

Ao focar no objetivo deste trabalho, considera-se que se trata de uma investigação descritiva, pois possibilita obter um detalhamento das características de determinada

população (Gil, 1989), a qual, neste estudo, é composta por 34 egressos do PPGCI/UFAL. Quanto aos procedimentos, se classifica como documental e bibliográfica. A primeira “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (Gil, 1989, p. 51). Para tanto, analisaram-se documentos disponíveis tanto no *site* do PPGCI/UFAL como na Plataforma Lattes. Já a pesquisa bibliográfica é relevante, pois permite ao pesquisador

[...] conhecimento da dimensão teórica acerca de seu tema de pesquisa; constrói a fundamentação teórica de forma segura e confiável; e elenca as conceituações necessárias que darão sustentação teórica à pesquisa que se pretende desenvolver. (Silva; Oliveira, 2021, p. 96)

Além disso, possibilitou a comparação de dados entre estudos já realizados com a mesma temática. Desta forma, utilizaram-se artigos e periódicos indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e do Portal de Periódicos da Capes. O levantamento realizado não estabeleceu período predefinido e compreendeu conteúdo informacional apenas no idioma português. O material recuperado foi analisado e necessário para construir a fundamentação teórica para os seguintes conteúdos: história da pós-graduação no Brasil e no contexto da Ciência da Informação, conforme apresentados nas seções 2 e 3. Quanto à abordagem, a pesquisa seguiu o método quantitativo, pois possibilitou traduzir os dados obtidos em medição numérica e estatística, ora apresentados por meio de gráficos e/ou tabelas e quadros.

4.1 Coleta de dados

Para a coleta de dados foi confeccionado um instrumento, ou melhor, uma planilha, para levantar elementos significativos dos 34 egressos, com campos pré-definidos: idade, sexo, nacionalidade, formação acadêmica. A partir daí, estabeleceram-se três etapas. Na primeira etapa, foi consultado o *site* do PPGCI/UFAL para mapear os egressos, pois no referido *site* consta o nome de todos os discentes que concluíram o mestrado até o momento em que se fechou este trabalho. Com estes dados, partiu-se para a segunda etapa. Na segunda etapa, após a identificar e pontuar todos os participantes, foi necessário acessar a Plataforma Lattes com a finalidade de obter dados individualizados. Todavia, constatou-se que não constavam na plataforma dados de idade e nacionalidade dos egressos, e mediante

tal constatação foi necessário encaminhar para a terceira etapa. Na terceira etapa, com o nome de todos discentes mapeados na primeira etapa, solicitaram-se os dados que faltavam à Coordenação do PPGCI/UFAL, com os autores deste trabalho tendo sido atendidos prontamente.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

De posse dos dados planilhados, foi preciso organizá-los para se obter uma representação do perfil do egresso. Para tal propósito, foi necessário criar categorias. Os estudos de Carlomagno e Rocha (2016) orientam que devem-se levar em conta cinco regras inter-relacionadas para criar categorias: Regra 1- regras claras de inclusão e exclusão nas categorias – ou seja, ter regras para inclusão de cada conteúdo em cada categoria, para não gerar, conforme sustentado pelo autores, possíveis imprecisões tanto de classificação como de interpretação dos dados; Regra 2: as categorias precisam ser mutuamente excludentes, isto é, o conteúdo não deve ser classificado em mais de uma categoria; Regra 3: as categorias não podem ser muito amplas – “[...] não devem ser tão amplas ao ponto de serem capazes de abarcar coisas muito diferentes em uma mesma categoria, sob pena de não ter significado prático para o estudo.” (Carlomagno; Rocha, 2016, p. 180); Regra 4: as categorias devem contemplar todos os conteúdos possíveis – os autores chamam a atenção para esta regra, pois encontra-se relacionada a uma categoria denominada como “outro(s)”: “Se há muitos conteúdos que não se encaixam em nenhuma categoria, então estas categorias talvez estejam erradas. Dito de outra maneira, as categorias criadas precisam esgotar o conteúdo que você está analisando.” (p.181); e por fim a Regra 5: objetividade – segundo esta regra os dados devem ser classificados de forma idêntica por outros pesquisadores. A partir dessas cinco regras estabeleceram-se três categorias: Identificação; Formação e Ocupação; e Produção Científica.

5.1 Primeira categoria: identificação

Nesta categoria encontram-se dados relacionados a sexo, idade e nacionalidade dos egressos. Conforme a coleta de dados realizada no *site* do PPGCI/UFAL, obteve-se um total de 34 estudantes concluintes do curso de mestrado entre os anos de 2021 e

2023. Constatou-se a predominância das mulheres na pesquisa, tendo a presença de 21 (61,8%) mulheres que concluíram o mestrado no período pesquisado; já os homens totalizaram 13 (38,2%). Os dados apresentados são semelhantes aos divulgados nas pesquisas de Santos (2006), Castro (2008), como de Silva (2014), em que há predominância do sexo feminino. Observa-se também que, de forma geral, no país “[...] as mulheres compõem maioria no corpo discente da pós-graduação.” (Brasil, 2024).

Quanto à distribuição de egressos do PPGCI/UFAL por faixa etária, constatou-se que a maior concentração se encontrava entre 31 e 36 anos de idade, com um total de 11 (32,4%) egressos, acompanhados de nove (26,5%) egressos na faixa etária de 37 a 42 anos.

Esses dados confirmam o que aponta o estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2024) sobre os mestrados e doutorados no país, em que

[...] houve um sistemático processo de elevação da idade média dos titulados em programas de mestrado o que fez com essa idade atingisse um valor 33,8 anos [...]. Portanto, é possível afirmar que, em linhas gerais, não houve progresso na direção da almejada redução da idade média na qual os indivíduos titulam em programas de mestrado no Brasil. (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024)

Os dados ainda corroboram com a pesquisa de Santos (2006), em que apontou que a maior faixa etária se encontrava entre 31 e 35 anos. Já a investigação de Silva (2014) aponta dados aproximados, em que os maiores percentuais se encontram na faixa de 26 a 35 anos de idade. A autora acredita que “[...] quanto mais jovens forem os mestres e doutores, mais poderão contribuir com o desenvolvimento científico do país.”. Isso é fato, mas há de se considerar que há vários fatores econômicos, sociais e, muitas vezes, situacionais que impedem que o graduando ingresse de forma imediata no mestrado e que possa galgar na carreira científica, ou seja, contribuir com a competência adquirida na construção de produções científicas na área da Ciência da Informação.

Ainda se constatou na pesquisa que 33 (97,1%) dos egressos provinham do Brasil. Todavia, observa-se que há, mesmo de forma tímida, interação do PPGCI/UFAL com outros países e nacionalidades, pois um (2,9%) dos egressos era estrangeiro, do Equador. A participação de discentes estrangeiros no Sistema Nacional de Pós-Graduação encontra-se na área de Ciências Sociais Aplicadas em torno de 8% (Brasil, 2024). Calegari (2012) assinala que:

[...] os estudantes que chegam ao Brasil para completar seus estudos encontram uma série de problemas, como dificuldades acadêmicas, já que o Brasil não apresenta currículos padronizados, há também dificuldades linguísticas, pois existem poucas disciplinas oferecidas em inglês ou espanhol, e ainda, dificuldades sociais, falta de disponibilização de alojamento e ausência de integração entre os estudantes. (Calegari, 2012, p. 9).

É importante ressaltar que os dados apresentados evidenciam uma realidade enfrentada pelos estudantes egressos do sistema de ensino superior oriundos de outros países, portanto, por se uma temática relevante, existe a necessidade de ser debatida no âmbito acadêmico, como forma de incentivo para aumentar a participação dos estudantes de outras nacionalidades.

5.2 Segunda categoria: formação e ocupação

Para a segunda categoria foram estabelecidos os cursos de graduação e/ou pós-graduação anteriores ao mestrado, e se os pós-graduandos do PPGCI/UFAL encontravam-se cursando doutorado, além da ocupação dos mesmos nas iniciativas pública, privada ou terceiro setor.

Dos 34 egressos do PPGCI/UFAL, apurou-se que tinham graduação em Biblioteconomia, alcançando 15 (44,1%) dos investigados. Outras pesquisas, como de Araújo (1982), Castro (2008), Silva (2014), apresentaram resultados semelhantes.

Tal distinção encontra-se no entendimento da “[...] Biblioteconomia como um subcampo da Ciência da Informação [...]” (Castro, 2000, p. 6). Mas, verifica-se interesse de outras áreas do conhecimento – Humanas, Exatas, Engenharias e Saúde. Logo, isso reforça o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, defendido por diversos autores.

No que diz respeito à continuidade dos estudos, nota-se que seis (17,6%) prosseguiram os estudos e encontravam-se no doutoramento; a maioria (28; 82,4%) não deram continuidade aos estudos. O trajeto da formação acadêmica pode ser pautado por uma série de dificuldades, pelas quais os estudantes precisam gerenciar os interesses pessoais e profissionais *versus* o desenvolvimento de carreiras no meio acadêmico, como também na produção de pesquisa e conteúdo técnico-científico. Infere-se que a inexistência do doutorado em Ciência da Informação no Estado de Alagoas pode limitar a busca por esse

nível de qualificação. Devendo o interessado em dar continuidade à sua formação se deslocar para outros estados.

Quanto à ocupação dos egressos, constatou-se forte presença de egressos que atuavam no serviço público, contabilizando um total de 14 (41,2%). Esse dado reforça o estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2024), que publicizou que “Em 2017, grande parte dos mestres [...] encontrava-se empregada na Administração pública federal, estadual e municipal [...]”. Neste sentido, a pós-graduação traz vantagens ao servidor público, pois o mesmo recebe adicional de qualificação à remuneração mensal, assim que comprovar ter concluído a pós-graduação (*stricto* ou *lato sensu*). Já, na iniciativa privada, os dados apontam para o quantitativo de seis (17,6%) egressos inseridos nesse setor. Por outro lado, nesse mesmo quantitativo, isto é, seis (17,6%) egressos, se encontravam aqueles que não informaram vínculo empregatício. A partir desses dados, concorda-se com o PNPG 2024-2028, em que se prevê que é necessária maior aproximação da pós-graduação com setor produtivo não acadêmico (Brasil, 2024).

5.3 Terceira categoria: produção científica

Esta categoria foi dedicada ao levantamento da produção acadêmica/científica dos egressos no período estudado.

Tabela 1 – Indicadores de produção dos egressos – 2019-2023

Produções	2021	2022	2023	Total
Apresentação de Trabalho	29	20	44	93
Artigo Completo Publicado em Periódico	24	20	29	73
Livro ou Capítulo de Livro	9	6	14	29
Resumo Expandido Publicado em Anais de Congresso	13	7	13	33
Trabalho Completo Publicado em Anais de Congresso	6	9	23	38
Total	81	62	123	266

Fonte: Plataforma Lattes (2024).

A Tabela 1 demonstra o resultado do processo de pesquisa e ensino desenvolvido no PPGCI/UFAL. Desta forma, reforça o exposto por Marteleto (2009, p. 31-32), em que a autora afirma haver uma distinção entre os dois tipos de pesquisa que se fazem no país. Para a autora, na primeira “[...] encontra-se aquela realizada nas universidades e institutos de pesquisa, onde estão os programas formais de ensino, formação e pesquisa. É aí que

funcionam os programas de pós-graduação [...]”. Já a segunda “[...] seria a pesquisa realizada na prática por profissionais egressos da pós-graduação e atuando na gestão e nas práticas de informação em serviços e sistemas de informação especializados.”. Assim, pode-se constatar que tanto aqueles que estão em formação como os egressos contribuem de forma significativa para ampliar a produção intelectual do programa, e contribuem com o desenvolvimento científico.

Vale registrar que o total da produção científica do programa apresentado poderia ter atingido um valor superior, mas a mesma foi represada em função da presença do coronavírus na sociedade.

O item “Apresentação de Trabalho” obteve o maior quantitativo – 93 apresentações. Tal dado revela que a existência do SITI pode contribuir de forma significativa para que sejam divulgadas as pesquisas em andamento ou concluídas. O segundo item de maior representatividade foi o “Artigo Completo Publicado em Periódico”, com 73 artigos. Esse dado permite inferir que há no Programa a colaboração entre os pares (docentes, discentes e os egressos) para a publicação das pesquisas. Por outro lado, deve-se ressaltar também que o regimento do PPGCI/UFAL, em seu artigo 59, estabelece que “A Defesa da Dissertação está condicionada à apresentação de carta de aceite de 1 (um) artigo para publicação em periódico científico qualificado [...]”. (UFAL, 2018). Tal fato reforça a necessidade de colaboração entre os pares e a ação dos grupos de pesquisa. Os indicadores de produção levantados permitem demonstrar, neste triênio, o fortalecimento de forma inequívoca do PPGCI/UFAL, ao tempo em que contribui para que o país se posicione, conforme o PNPG – 2024-2028, “[...] entre as quinze primeiras nações em termos de produção científica.” (Brasil, 2024, p.49).

6 CONCLUSÃO

A educação continuada é fundamental para que os indivíduos se mantenham competitivos em suas áreas de atuação, frente às inúmeras alterações provocadas pelo avanço das tecnologias digitais de comunicação e informação, como, também, pela presença das inovações que vêm modificando produtos, serviços e processos nos mais diversos segmentos sociais.

A presente pesquisa teve como objetivo caracterizar o perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas PPGCI/UFAL, compreendendo o período de 2021 a 2023. Os dados evidenciam, por meio de três categorias analíticas – identificação; formação e ocupação; e produção científica: a prevalência de mulheres no Programa, a necessidade de que a pós-graduação se integre mais com o mercado de trabalho e uma crescente produção científica por parte dos egressos. A pesquisa também possibilitou a compreensão da trajetória da pós-graduação no Brasil, como também dos programas em Ciência da Informação, através de aspectos históricos; inclusive, ao constatar o papel exercido por Newton Sucupira, que permitiu o avanço das políticas educacionais para a formação de profissionais qualificados.

Ressalta-se a necessidade de novas pesquisas, uma vez que os estudos sobre egressos são pouco abordados na literatura. Neste sentido, investigações futuras são necessárias e devem manter certa periodicidade. Além disso, que possam ser desenhadas para a obtenção do entendimento sobre aspectos subjetivos, como comportamentos, ideias e opiniões dos egressos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. L. **Estudos da atuação profissional dos egressos do curso de mestrado de Ciência da Informação do IBICT, comparativo à situação dos profissionais da informação na Inglaterra e nos Estados Unidos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Senado, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65**. Define os cursos de pós-graduação. Documenta, 1965, p.67-86. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1968.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 77/69**. Normas do credenciamento dos cursos de pós-graduação. **Documenta, nº 98, 1969**, p. 128-132. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. **Portaria nº 486 - CTC-ES/CAPEs, de 14 de maio de 2020**. Reconhece cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), acadêmicos e profissionais, recomendados pelo Conselho Técnico- Científico da Educação Superior - CTC-ES da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em sua 179ª Reunião, realizada de 26 a 28 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-486-de-14-de-maio-de-2020-257195108>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **VII Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2024-2028 – em construção)**. Brasília: CAPES. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Acesso à Informação**. Disponível em: <http://portal-adm.cnpq.br/>. Acesso em: 14 maio 2024.

CALEGARI, M. O fluxo migratório de estudantes internacionais na UNICAMP. *In: ANAIS DA SEMANA CS*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2012.

CARLOMAGNO, M. C; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S.l.], v. 7, n. 1, jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>>. Acesso em: 06 jun. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>.

CASTRO, C. A. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 1, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/346>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CASTRO, M. I. C. **Contribuição dos egressos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/UFBA para a consolidação e visibilidade da Ciência da Informação**. 2008. 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CENTRO DE Gestão e Estudos Estratégicos (Brasil): **Mestres e Doutores 2024**. Brasília, DF. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>. Acesso em: 01 maio 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1989

GOMES, H. E. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 13-26, mar. 1974.

HARTZ, Z. M .A.; NUNES, T. C .M. Formação e capacitação dos recursos humanos no Brasil: situação atual, desafios e perspectivas da pós-graduação em saúde coletiva. *In*: LEAL, M. C.; FREITAS, C. M. (org.). **Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 49-63.

HOSTINS, R. C .L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan/jun. 2006. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 18 maio 2024.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 19-40, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a03v14nspe.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MARTINS, C. B. As origens da pós-graduação nacional (1960-1980). **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 6, n. 13, pp. 9-26, 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/374/222>. Acesso em: 29 abr. 2024

NEVES, C. E. B; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil. *In*: DWYER, Tom (orgs.) **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**: Brasília: Ipea; Pequim, 2016. cap. 3, p. 97-124. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9061>. Acesso em 14 maio 2024.

NUNES, T. A. A crise de identidade da pós-graduação. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ed. 701, mar. 2024, p.6 disponível em: HTTPS://jornal.unicamp.br/edicao/701/#ud_virando_pagina_features/7. Acesso em: 21 jun.2024

ODDONE, N. Lydia de Queiroz Sambaquy e a Ciência da Informação no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, SC. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1690/827>. Acesso em: 20 maio 2024.

OLIVEIRA, M. de. Origens e evolução da Ciência da Informação. *In*: OLIVEIRA, M. de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 9-25.

SANTOS, C. M. dos. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

SANTOS, J. S. **Atuação profissional e participação no desenvolvimento do campo científico em Ciência da Informação: estudo dos egressos do Programa de Pós-graduação em Ciência**

da Informação da UFMG, 1992-2005. 2006. p. 270. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SAVIANI, D. Meio século de pós-graduação no Brasil: do período heróico ao produtivismo pela mediação de um modelo superior às suas matrizes. *Movimento - Revista de Educação*, [s. l.], v. 7, n. 14, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/46475>. Acesso em: 17 maio 2024.

SILVA, L. S. O perfil dos egressos do programa de pós-graduação em ciência da informação da Universidade Federal de Santa Catarina: 2003-2010. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 20, n. 43, 2015.

SILVA, M. M.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SILVA, Glênio Oliveira. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. *Revista Prisma*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

SOUZA, F. C. Ciência da Informação no Brasil: o desenvolvimento da pesquisa e suas implicações na formação de mestres e doutores. *Informação & Sociedade*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9680>. Acesso em: 11 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**: mestrado acadêmico. Maceió: UFAL, 2018.